

Análise de Fluxos Econômicos em Minas Gerais no Século XVIII

Analysis of Economic Flows in Minas Gerais in the Eighteenth Century

Danielle Cristina Gomes Corrêa¹

Wellington Molinary Borges²

Priscila Vitória Barbosa³

Jéssica Fernanda Braga Costa⁴

Lourival Santos Reis⁵

José Flávio Moraes Castro⁶

Resumo

Esta pesquisa consiste na análise da dinâmica espacial e no mapeamento dos fluxos econômicos na rede urbana da capitania de Minas Gerais no século XVIII, dada a importância dos estudos sobre redes geográficas, aliada aos estudos da cartografia histórica, contribuindo para a geografia histórica do estado. A metodologia utilizada foi a análise de redes urbana e viária a partir da hierarquia urbana; da forma da rede urbana a partir da rede viária e aplicação das técnicas de geoprocessamento e da semiologia gráfica na análise da cartografia histórica. A partir desta, foi possível identificar a relação entre a produção do ouro e o desenvolvimento dos centros urbanos da capitania, o que consequentemente levou ao desenvolvimento e surgimento de regiões mais densamente povoadas e economicamente ativas, fazendo da capitania de Minas Gerais a mais populosa e a com o maior rendimento para a Coroa. A queda da produção, porém, levou a uma ressignificação das atividades, deixando de ser extrativista mineral para tornar-se produtivista agrária. Essa ressignificação levou ao crescimento de outras vilas, e consequentemente o deslocamento do eixo do centro econômico principal da capitania, o que posteriormente fez com que Vila Rica (Ouro Preto) perdesse o posto de sede da Capitania (Província) Mineira.

Palavras-chave: Rede viária. Rede urbana. Geoprocessamento. Cartografia Histórica.

Abstract

This research proposes the analysis of spatial dynamics and mapping of economic flows in the urban network of Minas Gerais captaincy in the eighteenth century, due to the importance of studies on geographical networks, coupled with studies of historical cartography, contributing to the historical geography of Minas Gerais state. The methodology used was that of network analysis to the urban hierarchy; the shape of the urban network to the road network; and application of GIS techniques and graphic semiotics in the analysis of historical cartography. From these, it was possible to identify the relationship between gold production and the development of urban centers of the captaincy, which consequently led to the growth and emergence of regions of more densely populated and economically active, causing the captaincy of Minas Gerais the most populous and with the highest income to the Crown. The drop in production led to a redefinition of activities, ceasing to be mineral extraction, through the agrarian productivist. This reframing led to the growth of other villages, and consequently the displacement of the axis of the main economic center of the captaincy, which later led to Vila Rica (Ouro Preto), lost the post of captaincy headquarters (Province) of Minas Gerais.

¹ Graduada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) - dcorrea@sga.pucminas.br

² Graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) - wellington.molinary@hotmail.com

³ Graduada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) - priscila_sjt@hotmail.com

⁴ Graduada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) - costa_jess@hotmail.com

⁵ Graduado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) - reiss.reiss@hotmail.com

⁶ Prof. Adjunto IV do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Tratamento da Informação Espacial) da Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) - Orientador do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) desenvolvido no Curso de Geografia da PUC Minas em 2015 - joseflavio@pucminas.br. Os autores agradecem ao Prof. Dr. Oswaldo Bueno Amorim Filho e à Profa. Dr.^a. Ana Márcia Moreira Alvim pela leitura cuidadosa e criteriosa, e pelas sugestões.

Keywords: Geographical networks. Urban network. GIS. Historical Cartography.

1. Introdução

A ocupação territorial em Minas Gerais baseou-se, inicialmente, na dinâmica geral da colonização portuguesa do Brasil, por meio dos bandeirantes que buscavam riquezas minerais e concessão de terras (sesmarias). Furtado (1964) afirma que, apesar das descobertas tardias de ouro nessa região, no final do século XVII, essa atividade econômica foi responsável pela configuração espacial e social de Minas Gerais. A extração do ouro impactou a economia mineira provocando intensos fluxos migratórios, que envolveram tanto mineradores como escravos e, por conseguinte, aumentaram a demanda de abastecimento de diversos produtos na região, instaurando fluxos econômicos entre centros produtores e consumidores.

Com base neste contexto histórico, econômico e social, esta pesquisa pretende resgatar os processos que envolveram as transformações na produção do espaço mineiro no século XVIII, por meio da representação de mapas de fluxos econômicos, tendo por objetivo geral analisar os fluxos econômicos a partir da formação de caminhos (Caminho Velho, Caminho Novo, Caminho da Bahia) no século XVIII. Como objetivos específicos pretende-se, a partir da coleta de dados históricos qualitativos (memórias, registros, arquivos públicos, etc.) e semiológico-quantitativos (mapas, tabelas, gráficos, etc.), elaborar mapeamentos dos fluxos econômicos por meio dos recursos do Geoprocessamento e da Semiologia Gráfica.

Pretende-se, também, contribuir para os estudos referentes à cartografia histórica, especialmente com os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos na Linha de Pesquisa “Cartografia Histórica e Geoprocessamento” (CASTRO, 2011b) do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas.

Essa pesquisa justifica-se pelo fato da região estudada corresponder a um importante espaço colonial e que inclui, hoje, uma das maiores regiões metropolitanas do Brasil (Região Metropolitana de Belo Horizonte). Esse espaço tem uma estrutura urbana que é consequência de relações políticas, econômicas e sociais ocorridas inicialmente no século XVIII, a partir da atividade mineradora. Concomitantemente os estudos sobre redes urbanas e viárias, constituem um tema importante e atual para a análise geográfica. A cartografia histórica fornece bases para a

identificação destas redes urbanas e viárias a partir da representação gráfica dos itinerários (compreendidos simbolicamente nos mapas históricos como caminhos, trilhas, dentre outros) e da disposição espacial dos núcleos urbanos no território mineiro no século XVIII.

Desta forma, esse trabalho poderá oferecer novos recursos histórico-cartográficos para pesquisas geográficas e áreas afins, bem como avaliações sobre as técnicas cartográficas empregadas em mapas históricos.

2. Metodologia

Esta pesquisa consiste em analisar a dinâmica espacial da capitania de Minas Gerais no século XVIII, a partir do mapeamento de fluxos econômicos nas redes urbanas e viária, sobretudo na região central, delimitada e denominada por Simões et al. (2008) como Região Mineradora (Figura 1), e está inserida na metodologia de georreferenciamento de mapas históricos desenvolvida por Castro (2011b), que apresenta uma proposta de regionalização⁷ da capitania em três espaços regionais: Agropecuário, Minerador e Indígena (Figura 2).

⁷ Regiões são porções diferenciadas da superfície terrestre e a regionalização é a forma atual de formação de regiões. (GEIGER, 1969).

Figura 1 - Espaços regionais e de principais vias de penetração em Minas Gerais no século XVIII

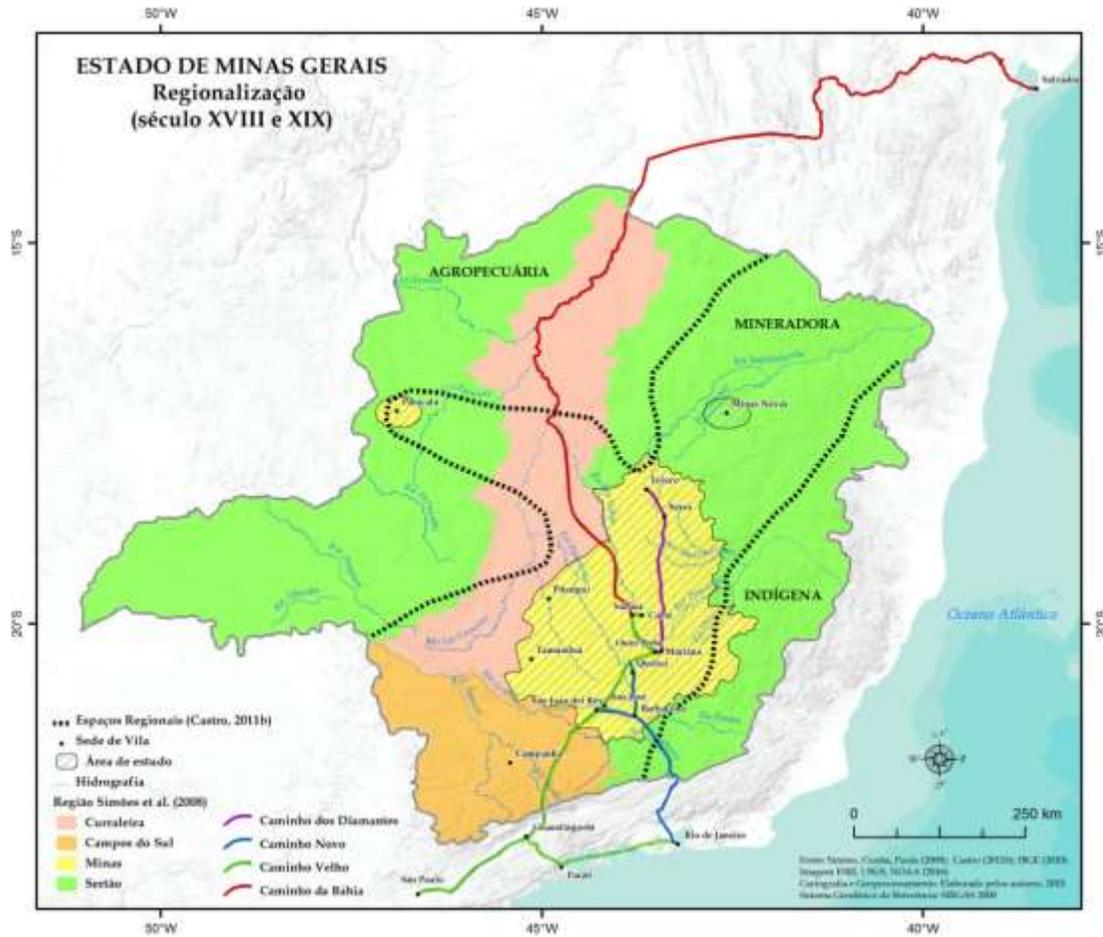
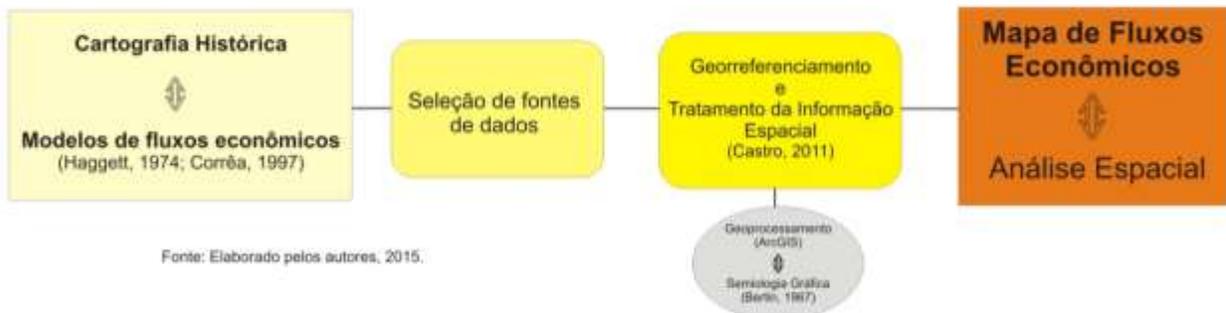


Figura 2 - Proposta metodológica para mapeamento de fluxos econômicos



A atual configuração do espaço mineiro é, em partes, reflexo dos padrões de ocupação e dos fluxos econômicos durante o século XVIII. A rede urbana formada a partir da atividade

mineradora, com a queda da produção de ouro e o aumento significativo da produção agrária, passou por uma ressignificação do espaço de sua organização, com a criação de eixos de ocupação e, conseqüentemente, alterações na rede urbana.

A análise da rede urbana mineira deste período é fundamental compreender os aspectos políticos, econômicos e sociais do estado de Minas Gerais. Foram adotados nesta pesquisa modelos de análise de fluxos econômicos e redes urbana e viária (HAGGETT, 1974; CORRÊA, 2004); conceitos de espaço e região (GOMES et al., 2006); e técnicas de representação gráfica, tais como: a semiologia gráfica e o geoprocessamento (BERTIN, 1967; MARTINELLI, 1998 e 2003; CASTRO et al., 2006; CASTRO, 2011a, 2011b e 2014).

As fontes de dados foram vinculadas aos seguintes documentos e mapas históricos: “*Mapa da capitania de Minas Geraes com a diviza de suas comarcas*” de José Joaquim da Rocha (1778); mapas temáticos desenvolvidos por Castro (2011a); tabelas e diagramas produzidos por Rocha (1995), Carrara (2007), Zemella (1990), Furtado (1999), Carrara (2007); Resende et al. (2007a, 2007b), entre outros autores.

A análise da rede urbana foi realizada a com base em dois métodos de distintas categorias, com suas respectivas dimensões e modelos:

- a) O método de Haggett (1974), cuja classificação topológica das redes (tratadas como redes planas) é feita sob quatro modelos diferentes, utilizando os aspectos geométricos e matemáticos para descrever os fluxos e as concentrações lineares dos elementos no espaço de uma rede (Figura 3).

Figura 3 - Modelo de rede em árvore (1) e em circuito (2) da Capitania de Minas Gerais



Fonte: Baseado em categorias propostas por Haggett (1974). Elaborado pelos autores.

b) o método de Corrêa (1997), cuja análise da rede urbana é feita sob três dimensões principais, divididas em quinze categorias. (Quadro 1)

Quadro 1 - Dimensões de Análise das Redes Geográfica

Redes Analisadas Segundo:		Especificação
Dimensão Organizacional	Agentes Sociais	• Estado
	Origem	• Espontânea
	Natureza dos Fluxos	• Mercadorias
	Função	• Realização
	Finalidade	• Dominação
	Existência	• Real
	Construção	• Material
	Formalização	• Formal
	Organicidade	• Hierárquica
Dimensão Temporal	Duração	• Curta
	Velocidade dos Fluxos	• Lenta
	Frequência	• Ocasional
Dimensão Espacial	Escala	• Local
	Forma Espacial	• Dendrítica
	Conexão	• Interna

Fonte: CORRÊA, 1997. Adaptado pelos autores, 2014.

Por fim, com o objetivo de produzir uma regionalização alternativa da capitania de Minas Gerais no século XVIII, e com base na análise da obra “Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais” e do “Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas” (ROCHA, 1995), esta pesquisa propõe a adaptação do método desenvolvido por Cunha, Simões e Paula (2008) e por Castro (2011b), sendo que este último delimita, a partir do mapa de Rocha (1995), três grandes regiões: agropecuária, mineradora e indígena.

3. Fluxos econômicos e o embrião de uma rede urbana em Minas Gerais no Ciclo do Ouro

Segundo Lacet (2008), a descoberta do ouro e do diamante desencadeou uma corrente imigratória à região de Minas Gerais que partiu das regiões da colônia pelos caminhos do ouro e pelo ultramarino, provenientes da Europa. Com as descobertas nascia uma sociedade complexa com intensa concentração populacional criando-se um polo da vida econômica, com acelerado crescimento e urbanização.

De acordo com Zemella (1990), o processo acarretou a formação súbita de núcleos urbanos, a partir dos fluxos de mercadorias e de população à região. A análise dos fluxos econômicos da capitania mineira pode ser dividida em dois períodos: um na primeira metade do século XVIII e o outro na segunda metade. O primeiro é caracterizado pelo abastecimento geral de uma região recém-habitada, sem produção agrícola excedente, focada prioritariamente na produção do ouro, como resultado da dinâmica do mercado colonial. O segundo é caracterizado pela produção, principalmente a agrícola, já com um comércio consolidado entre as capitanias, formando uma rede de circuito e fluxos, contribuindo para a dinâmica do mercado interno. Este período corresponde também ao declínio da produção do ouro, que conseqüentemente gerou crise na economia e na organização espacial da capitania.

Com relação ao primeiro período, Zemella (1990, p.191 e 192) afirma que “havia gente demais para ser alimentada, vestida, calçada e abrigada” na capitania. Em razão disso, o abastecimento das minas tornou-se um problema que por vezes se apresentava insolúvel, sobrevivendo crises agudíssimas de fome, decorrentes da carência dos gêneros mais indispensáveis. Porém, como afirma a referida autora, a deficiência alimentar sempre foi uma constante do Brasil colonial. Mesmo tendo uma economia basicamente agrária (o ciclo do açúcar, por exemplo), esta era voltada para a exportação. A partir disso, a Coroa começou a adotar políticas obrigando a população dos grandes centros urbanos a cultivar alguns mantimentos para garantir o abastecimento interno. O incentivo à distribuição de sesmarias e a lei de 27 de fevereiro de 1701 que obrigava os habitantes da Bahia à plantação de mandioca são dois exemplos dessas políticas (ZEMELLA, 1990, p.193).

A autora afirma que o abastecimento da região mineradora, durante este primeiro período, era comprometido em razão das seguintes causas (ZEMELLA, 1990, p.192 – 198): baixa

produção da colônia, que não gerava excedentes agrícolas; distâncias que separavam os núcleos produtores dos outros; quase inexistência de um comércio interno na Colônia; precariedade dos meios de transporte (burros, cavalos, bois e escravos), das estradas e dos métodos de conservação dos alimentos; irregularidade dos relevos; insegurança de comercializar com a região, em razão da presença de criminosos, escravos fugitivos, índios, vegetação densa, animais peçonhentos, dentre outros; altas taxas de impostos decorrentes da importação, principalmente de artigos vindos do exterior; e, impossibilidade de abrir novos caminhos na região, medida adotada pela Coroa para diminuir a quantidade de desvios.

As deficiências do abastecimento produziram consequências de ordem econômica, social e política na capitania, que alteraram a ordenação dos fluxos econômicos e a caracterização do espaço da capitania. De acordo com Zemella (1990, p.201), os resultados dessas deficiências foram: alta do preço dos produtos; paralisação momentânea dos trabalhos extrativos; aparecimento de roças e de indústrias locais; dispersão dos mineradores, que resultou em novos descobrimentos de minerais e, conseqüentemente, no surgimento de novos arraiais; refluxo (volta) da população das Gerais para as capitanias de origem; e, revoltas e motins, como a Guerra dos Emboabas, e a Revolta de Vila Rica (1720).

Apesar das deficiências, Zemella (1990) identificou a existência de três mercados na capitania: colonial (entre capitanias), externo (europeu, africano) e interno (entre vilas, paróquias, fazendas), que geraram fluxos de pessoas e mercadorias, e produziram uma complexa rede urbana e viária do território mineiro no século XVIII.

O mercado colonial foi caracterizado pelo fluxo de mercadorias entre as capitanias da Colônia com a capitania de Minas Gerais. A historiografia mineira (ANTONIL, 1923; ZEMELLA, 1990; RESENDE et al., 2007a e 2007b; CARRARA, 2007) indica que os caminhos que ligavam as capitanias à região mineradora foram os norteadores destes fluxos. O mercado externo foi estritamente ligado ao mercado colonial, uma vez que os produtos (vindos da Europa) e os escravos (vindos da África) chegavam à Colônia atravessando o Oceano Atlântico e, ao desembarcar no litoral (sobretudo em Salvador e no Rio de Janeiro), seguiam os caminhos da região mineradora.

Nesse mercado colonial, destacam-se o mercado paulista, pelo Caminho Velho; o baiano, pelo Caminho da Bahia; e o fluminense, pelo Caminho Novo. A partir desses mercados, o núcleo

da capitania (compreendido como região mineradora) foi abastecido dos diversos tipos de mercadorias como o sal, o gado, as vestimentas, dentre outras.

Para controlar a entrada e saída de mercadorias da região mineradora, a Coroa Portuguesa instalou, em pontos estratégicos (passagens de rios, encontro de caminhos, arraiais e fazendas), as casas de registros como aparato administrativo-militar. Estas tinham como objetivo impedir os desvios, principalmente do ouro-em-pó que era escoado para o litoral, garantir a cobrança de impostos das outras mercadorias, e garantir a segurança no fluxo mercantil que ali se manifestava.

Carrara (2007, p.114) afirma que os livros de lançamentos das casas de registros (que hoje estão localizados em diversos museus e arquivos históricos) são importantes fontes de análise destes fluxos econômicos, que incluíam, por exemplo, o nome do mercador, a data, o valor cobrado, discriminação das mercadorias, o peso e volume, forma de transporte e tipo de embalagem, procedência e destino, o que permite uma reconstrução da circulação dos fluxos. As mercadorias eram caracterizadas principalmente como secos (toda mercadoria que serve para vestuário), molhados (comestíveis, utensílios, armas e tudo aquilo que não se veste), escravos, reses (gados), carne-seca, potros (equinos).

Porém estes lançamentos são fontes limitadas devido à descontinuidade dos registros. Segundo o referido autor, algumas casas de registros tiveram curta duração, outras foram realocadas para outros lugares, de acordo com as alterações dos caminhos de desvios. Também havia uma fragmentação na cronologia de registros, sendo que na primeira metade do século XVIII, foi vaga e escassa (salvo registros pontuais criados nos anos de 1716 e 1717 nas passagens do Rio Grande, do Rio Abóboras e do Caminho Novo); a partir da segunda metade, ocorreram criações regulares, que podem ser explicadas em função da elevada produção do ouro. Os dados na passagem do Rio Grande são referentes às entradas de mercadorias pelo Caminho Velho, enquanto o da passagem do Rio Abóboras compreende as entradas a partir do Caminho da Bahia.

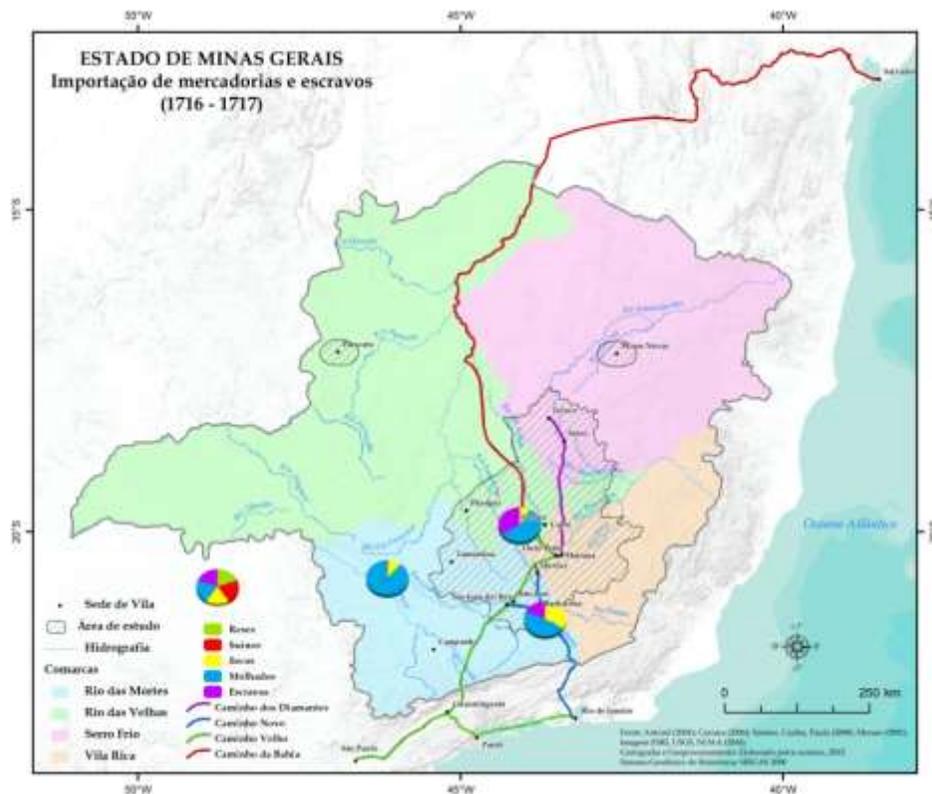
A partir da análise da tabela 1 e da figura 4, nota-se que o mercado paulista, por meio do Caminho Velho foi o principal abastecedor de secos, molhados, suínos e gado, enquanto que o mercado baiano, por meio do Caminho da Bahia foi o maior abastecedor de escravos, nas duas primeiras décadas de ocupação da região.

Tabela 1– Importações de mercadorias pelas passagens dos rios da Capitania de Minas Gerais, 1716-1717

<i>Discriminação</i>	Passagem do Rio Grande	Passagem do Rio Abóboras	Passagem do Caminho Novo
Secos	1007	210	158
Molhados	8664	1350	223
Escravos	177	778	92
Porcos	38	sem informação	sem informação
Reses (gado)	200	-	-

Fonte: CARRARA
(2007, p.117)

Figura 4 - Importações de mercadorias pela Capitania de Minas Gerais, 1716-1717



Zemella (1990) e Carrara (2007) afirmam que, nas três primeiras décadas do século XVIII, o mercado paulista foi o principal destino do ouro produzido em Minas, através do Caminho Velho. O Caminho da Bahia foi caracterizado por um fluxo menor de saída de ouro, porém também onde havia a maior parte das ocorrências de desvio, seguindo o sertão nordestino. O Caminho Novo só se consolidou como o principal fluxo de saída do ouro a partir da terceira década do século XVIII, em função da proximidade do litoral fluminense com a região mineradora, além dos problemas de segurança e distância dos outros dois mercados (Figura 5).

A partir da representação gráfica dos fluxos econômicos da capitania na primeira metade do século XVIII, foi possível identificar a existência de uma *rede em árvore*, decorrente da ramificação dos pontos e dos itinerários a partir de um ponto central. Este ponto central na capitania de Minas foi Vila Rica, seguindo a hierarquia urbana e sua respectiva ramificação a partir dos pontos e itinerários, ou seja, as paróquias e capelas (Figura 6).

Figura 5 – Fluxos econômicos de entrada e saída do ouro na primeira metade do século XVIII

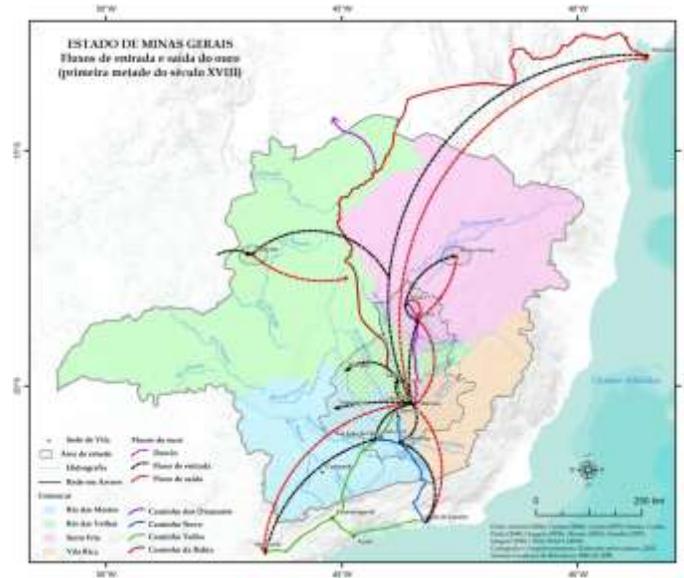
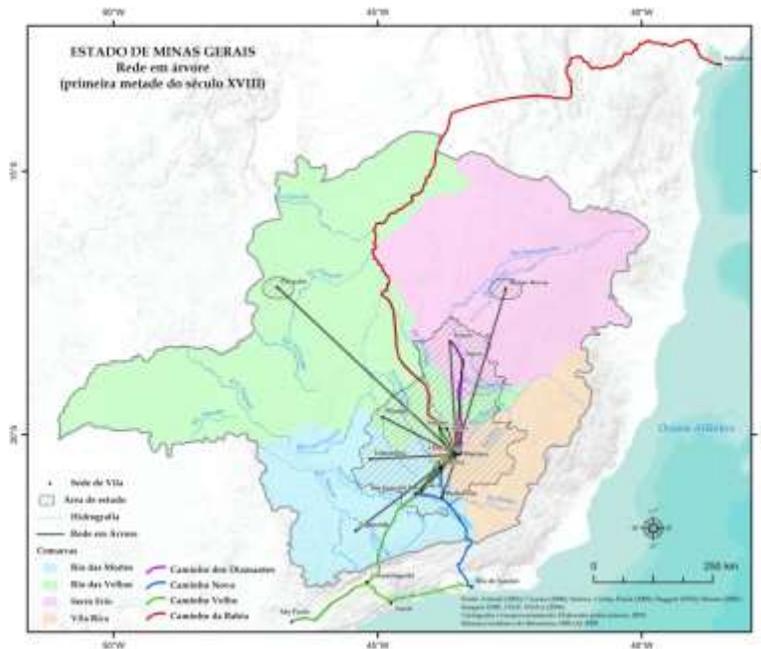


Figura 6 - Rede em árvore da Capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII



A centralidade de Vila Rica no território mineiro foi estabelecida neste primeiro período, com um mercado interno pouco desenvolvido, uma vez que não havia núcleos de produção de grande escala na capitania, fato aliado ao aparato administrativo e jurídico presente, Vila Rica possuía o papel de posto de entrada dos fluxos econômicos, de saída do ouro para as outras capitanias, além de distribuidor às vilas, paróquias e capelas mineiras pelo volume de carga que recebia (Tabela 2).

Tabela 2 – Entrada de cargas e escravos em Vila Rica (1716 – 1717)

Notações	Secos	Molhados	Escravos
Total	783	686	6555
Já registradas algures (lugar)	55	30	60

FONTE: CARRARA, 2007, p.118

Corrêa (1997) denomina o polo urbano dessa centralidade como *cidade primaz*. De acordo com o autor, a cidade primaz concentra a maior parte do comércio exportador e importador, e conseqüentemente a maior parte da renda, bem como a elite regional fundiária, mercantil e mineradora. Desta forma, a rede urbana da capitania mineira na primeira metade do século XVIII era caracterizada pela dependência das outras sedes urbanas (vilas, paróquias, capelas) dos serviços de Vila Rica, e pode ser classificada como uma *rede celular* (HAGGETT, 1974).

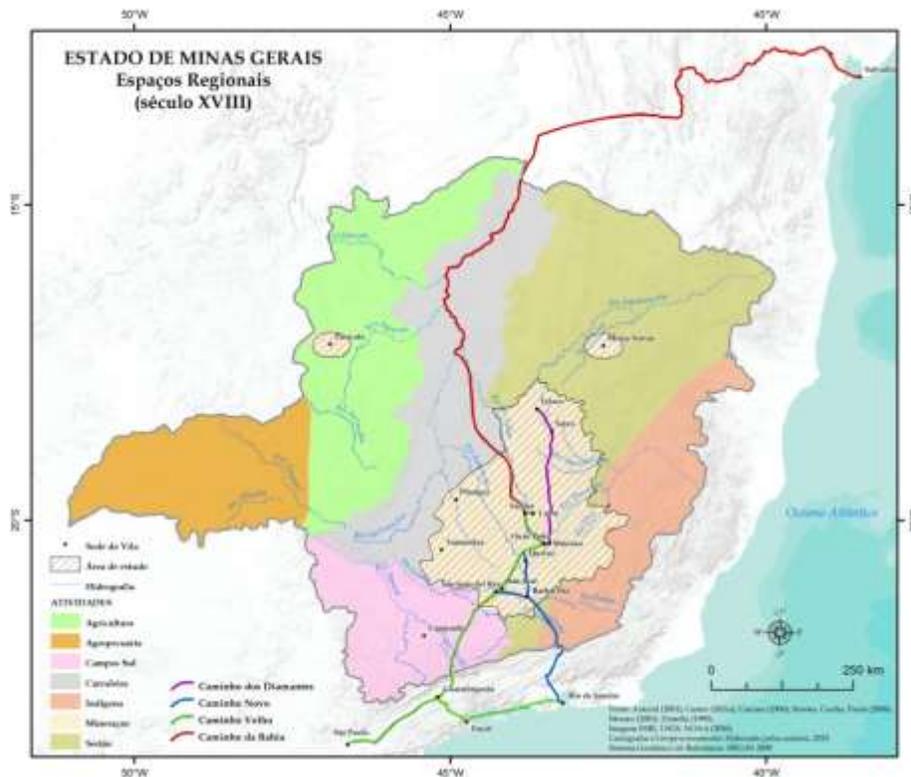
A partir da segunda metade do século XVIII (segundo período de análise), o espaço da capitania se reestruturou e, conseqüentemente, as redes urbanas e viárias se expandiram. Com o surgimento de novas vilas (como de Campanha, em 1789, e de Paracatu, em 1798), e principalmente de fazendas ao longo dos rios e das estradas, o mercado interno mineiro se tornou mais complexo e uma das principais atividades econômicas da capitania. Além da produção do ouro, a agricultura, a suinocultura, os doces (rapadura, marmelada, goiabadas) e o artesanato fomentaram os fluxos econômicos interno e colonial.

Com base em Simões et al. (2008) e Castro (2011b), propõe-se a compartimentação do território em sete regiões (Figura 7), conforme as semelhanças morfológicas e funcionais: agricultura, agropecuária, campos sul, curraleira, indígena, mineração e sertão. Ao longo do curso

do rio São Francisco, por exemplo, havia concentração de currais, herança do fluxo de gado bovino proveniente do sertão nordestino; no sul, na região da Comarca do Rio das Mortes, havia predominância de fazendas, devido à fertilidade do solo, da articulação com as regiões agrárias paulistas e cariocas; no oeste e noroeste da capitania, na Comarca do Rio das Velhas, predominância de fazendas; na região leste, na Comarca de Vila Rica, predominância de aldeias de gentios, vazio urbano; e no nordeste, a Comarca do Serro Frio era caracterizada pela presença das fazendas sertanejas, produção de sal da terra, carne seca, rapaduras, dentre outros (CARRARA, 2007).

Na rede urbana da capitania, Vila Rica mantinha a centralidade, porém, como centro administrativo e legislativo, e não mais como fornecedor de serviços. Segundo Carrara (2007) algumas regiões, por exemplo, eram independentes e possuíam articulações mercantis com outras capitanias, como o sul de Minas com o nordeste paulista e o noroeste fluminense.

Figura 7 - Regionalização de Minas Gerais no século XVIII



Neste segundo período, o mercado paulista abastecia a região das minas principalmente com equinos, que foi o principal meio de transporte da época, por meio do registro da

Mantiqueira; o mercado baiano, mesmo que em menor escala, continuava a abastecer com bovinos, secos e molhados, e principalmente com o sal proveniente das salinas "sanfranciscanas", a partir do registro da Malhada⁸; e o mercado fluminense sendo o principal fornecedor de mão de obra escrava, de secos e molhados, por meio do registro do Caminho Novo (Tabela 3).

Tabela 3 - Fluxo Mercantil nos registros da Capitania de Minas Gerais - 1755

	Medidas	Caminho Novo	Caminho Velho e Sertão
Açúcar	carga	-	175
Bestas muares	unidade	-	721
Carne- seca	carga	-	2.056
Escravos	unidade	3.549	510
Gado Vacun	unidade	-	7.735
Molhados	carga	63.421	-
Peixe do sertão	carga	-	262
Peixe do sertão	barril	-	250
Potros	unidade	-	1.354
Rapaduras	carga	-	24
Sal da terra	surrão	-	1.964
Fazenda seca	carga	126.039	-
Sola	carga	-	110
Toucinho	carga	-	382

FONTE: CARRARA, 2007, p.121

Com a queda da produção de ouro na década de 1760, o modo de produção dominante era o escravismo. A venda de escravos se mantinha como uma das principais atividades mercantis da capitania (Figura 8), pois esses além de trabalharem nas lavras, integravam a mão de obra nas lavouras crescentes.

O mercado interno, segundo Carrara (2007), neste segundo período foi caracterizado pela articulação das minas, dos currais e das fazendas da capitania. Havia, segundo o referido autor, registros estabelecidos em torno dos núcleos produtores da Capitania, como o Distrito Diamantino, a região mineradora central, as vilas de Paracatu, Pitangui e Minas Novas para

⁸ Situado na margem direita do rio São Francisco, na cidade baiana homônima, defronte à foz do rio Carinhanha, na divisa com Minas Gerais (CARRARA, 2007, p.132)

controlar estes fluxos, sendo eles o de Zabelê, Jequitibá, Abóboras (transferido depois para Sete Lagoas) e Jaguará, na região mineradora; os de Caeté-Mirim, Pé do Morro, Rabelo, Inhacica e Galheiro, ao no Distrito Diamantino; os de Ribeirão d'Areia, Onça do Pitangui e do Pitangui, na vila homônima; o de Olhos d'Água, Nazaré, São Luís, Santo Antônio e Santa Isabel, em Paracatu; e os de Tocambira, Jequitinhonha (transferido para Araçuaí), Rio Pardo e Simão Vieira, em Minas Novas (Figura 9).

Figura 8 - Fluxo mercantil de Minas Gerais em 1755



Figura 9 – Registros de contagem da Capitania de Minas (1765 - 1767)



Os dados dos registros (ou contagens) do Zabelê, Jequitibá, Abóboras (transferido para Sete Lagoas) e Jaguará, indicam que a região mineradora era abastecida pelo gado dos currais do vale do rio das Velhas, as carnes-secas dos vales dos rios Verde e Gorutuba, peixe e sal da Barra do rio das Velhas, bem como outros produtos do sertão mineiro, durante o segundo período. Segundo Carrara (2007, p.136), quase metade das cargas que passavam pelo registro do Zabelê destinavam-se às vilas de Caeté e Sabará, enquanto os registros de Abóboras, Sete Lagoas, e Jaguará controlavam as mercadorias dirigidas especialmente para os termos de Ouro Preto e Mariana.

O Distrito Diamantino era abastecido pelas fazendas sertanejas com gado, sal, carne-seca, sola, toucinho, peixes, banhas, galinhas, rapaduras, peles de lontra, algodão, linhas, fumo e

amendoim. Durante a década de 1750, o registro do Galheiro se destacava como o principal da região, visto que por ele passava a maior parte das mercadorias. Porém, a partir de 1765 o quadro se inverte e o registro do Rabelo passou a ser o mais importante, por onde circulavam as mercadorias que abasteciam a região, pela proximidade das fazendas e dos currais (CARRARA, 2007, p.137).

Os registros situados em torno da Vila de Pitangui controlavam especialmente a passagem de gado dos currais dos vales do rio Paraopeba e do rio São Francisco. O sal, o açúcar, o peixe seco e o de barril, a sola, o sebo e a carne seca também compunham a gama de mercadorias que atravessavam os registros de Ribeirão d'Areia, Pitangui e Onça do Pitangui em direção a Vila e à região mineradora central (pelo registro Ribeirão d'Areia) - (CARRARA, 2007, p.136).

A Vila de Paracatu estava cercada por cinco registros, o que pode ser explicado pela descoberta de ouro na região, em pleno período de declínio da produção na região mineradora, o que conseqüentemente desencadeou um fluxo de pessoas para a Vila. Pelo registro de Santa Isabel passavam peixes e produtos agrícolas. Por Nazaré entravam os peixes do rio da Prata, o gado dos vales do Urucuia, São Sebastião e São Bartolomeu, na região agrícola. A carne-seca e o açúcar do Bezerro e das fazendas nos rios da Prata, Preto e Sono, e do Sumidouro, também na região agrícola. Os doces de Vila Rica também abasteciam a região, bem como o queijo, que também era fornecido por meio do caminho da Picada de Goiás na capitania goiana (CARRARA, 2007, p.139).

Na Comarca do Serro Frio, Minas Novas foi abastecida principalmente pelas fazendas sertanejas e pelo gado do sertão, por meio do registro de Simão Vieira, e pelo mercado baiano no registro de Araçuaí, por onde passavam escravos, secos, molhados, farinhas do reino, cavalos, ferragens e o bacalhau. Da região curraleira vinha o sal, o açúcar, a carne-seca e o peixe do rio São Francisco. Outra característica foi o aumento da importação de escravos, em razão do impulso provocado pela produção de algodão para exportação (CARRARA, 2007, p.141).

A contabilidade para o triênio 1765 a 1767 permite a representação cartográfica da quantidade e da natureza dos fluxos econômicos nos registros, incluindo os que compõem o fluxo colonial (Tabela 4 e Figuras 10 e 11)

A partir destes dados, a análise dos fluxos econômicos do segundo período da Capitania gerou a formação de uma complexa rede urbana na região. O espaço da Capitania se reestruturava a cada novo fluxo produzido, ou interrupção de outro já existente. A queda da

produção do ouro, aliado ao crescimento do comércio interno, permitiu o desenvolvimento de outras atividades econômicas na região (como a agricultura e o artesanato) que, conseqüentemente, levaram ao fortalecimento de outras regiões (como a região campos-sul e sertaneja).

Tabela 4 – Fluxo mercantil das contagens na Capitania de Minas Gerais, 1765 - 1767

Registros	Escravo Unidad e	Escrav o Arroba	Seco Arrob a	Sal Surrã o	Reses Unidad e	Potros Unidad e	Repadur a Arroba	Peixe Arrob a	Carne- Seca Arroba	Couro Arrob a
Caminho Novo	13526	103781	95556	99241	-	-	-	-	-	-
Mantiqueira	265	6757	2739	8536	-	-	-	-	-	-
Demais Regiões	935	21067	4665	-	-	-	-	-	-	-
Ouro Fino	36	1368	270	-	73	6	-	-	-	-
Mandu	47	3461	580	-	75	478	-	-	-	-
Itajubá	12	222	46	-	1	-	-	-	-	-
Jaguará	32	1017	156	1002	5524	154	-	-	-	-
Sete Lagoas	6	1883	172	779	14303	2366	-	-	-	82
Zabelê	-	2211	61	35	866	28	-	-	-	-
Santa Izabel	-	607	58	-	-	-	97	2	61	-
São Luis	56	570	287	405	989	-	220	79	288	92
Nazaré	15	1742	378	3375	779	5	-	633	485	4
Olhos D'agua	-	553	37	99	143	2	214	-	90	-
Santo Antônio	96	211	54	670	437	-	-	42	152	1
Rabelo	-	1137	47	282	3669	62	84	343	289	4
aeté Mirim	69	1715	245	1855	4738	66	108	63	678	15
Galheiro	-	544	43	246	33	-	62	161	322	-
Pé do Morro	145	800	440	1035	116	18	8	19	546	18
Inhacica	84	1636	288	1014	1069	52	-	78	766	138
Araçuai	11	61	7	3224	628	20	-	53	54	-
Jequitinhonh a	278	630	1358	694	1143	2	-	-	-	-
Tocambira	27	5	76	172	339	-	27	52	284	-
Rio Pardo	10	-	49	11	-	-	-	-	-	-
Pitangui	-	245	13	-	743	11	-	-	-	-
Onça do Pitangui	11	148	2	-	867	149	-	-	-	-

Fonte: CARRARA, 2007. Adaptado pelos autores, 2015.

Figura 10 - Fluxo mercantil das contagens na Capitania de Minas Gerais, (1765 - 1767)

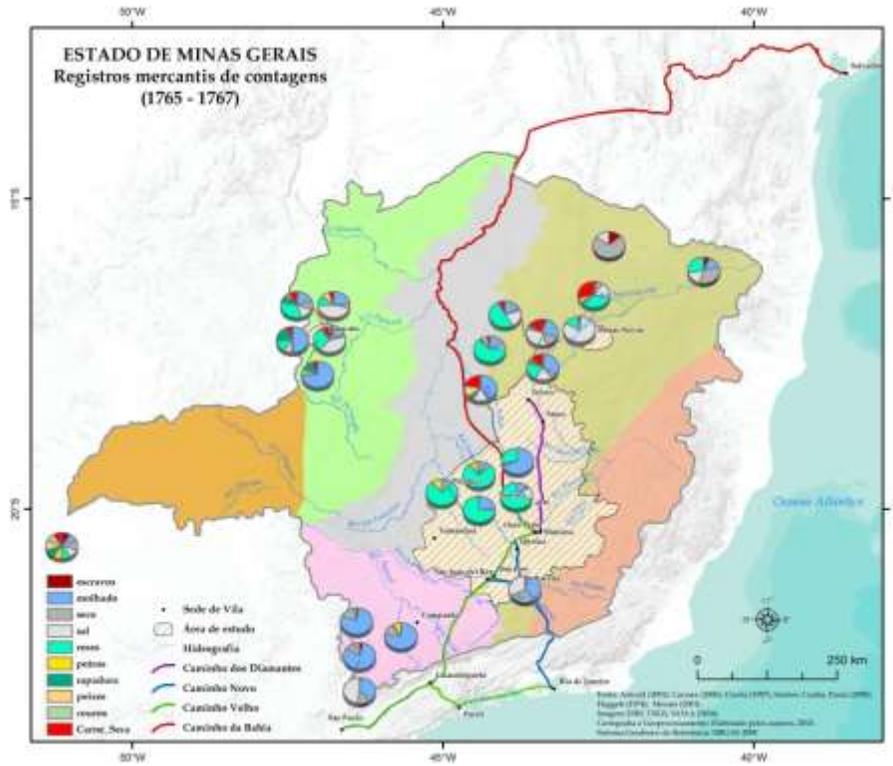
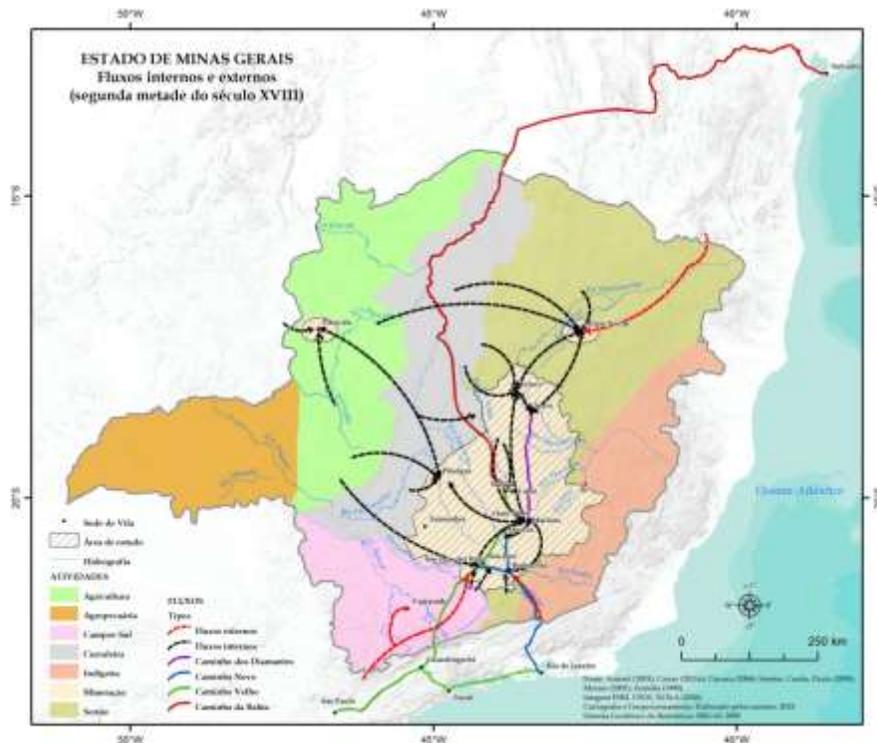
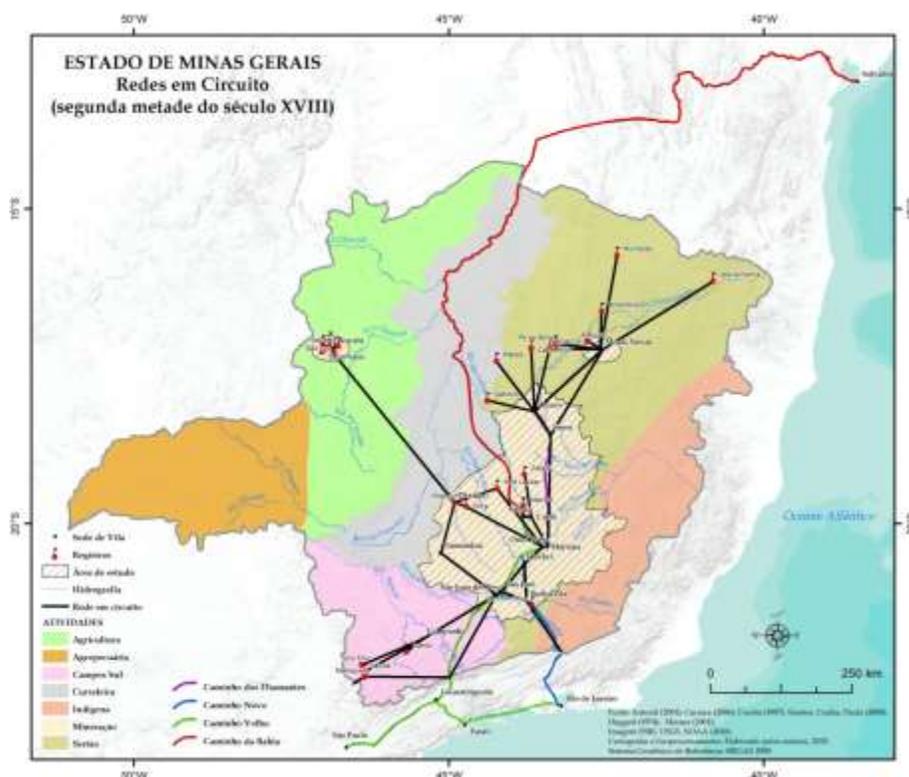


Figura 11 - Fluxos econômicos de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII



Esta rede complexa produzida pelos fluxos econômicos na segunda metade do século XVIII é caracterizada como rede de circuitos (HAGGETT, 1974; CORRÊA, 1996). Esta classificação se baseia na circulação dos fluxos econômicos nas escalas local (mercado interno) e regional (mercado colonial), que formam um circuito comercial (Figura 12). A rede, estruturada como circuito, segue dois vieses: o primeiro que corresponde ao circuito superior da economia e o segundo ao circuito inferior. O circuito superior é constituído pelos bancos, comércios e indústrias voltados para a exportação. Na capitania, o circuito superior é identificado pelos órgãos administrativos, como a Superintendência dos Diamantes, Casas de Fundição, Câmara, dentre outros. O circuito inferior é caracterizado por atividades que não utilizam capitais de modo intenso, possuindo ainda uma organização primitiva: a fabricação de bens, certas formas de comércio e serviço. Na capitania, o inferior é identificado nas pequenas lavouras, nas vendas dos núcleos urbanos e no artesanato.

Figura 12 - Síntese das redes urbanas em circuito de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII



A ascensão da região dos Campos-sul (comarca do Rio das Mortes) refletia a queda do papel dominante da mineração e da crescente atividade agrícola e pastoril. A sociedade mineira era essencialmente urbana, porém, com a mudança da produção, se viu voltada à zona rural, uma vez que as fazendas impulsionavam a economia mineira fragilizada no fim do século XVIII.

O acúmulo de terras por via da política de sesmarias permitiu o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e das manufaturas, que mudaram o panorama econômico da Capitania das Minas Gerais, no final do século XVIII e início do XIX, conferindo uma relativa autossuficiência em relação aos fornecimentos externos. A exaustão do ouro “expulsou” uma parcela da população das minas para as outras capitanias, enquanto outra parcela permaneceu no novo ciclo econômico da região (ZEMELLA, 1990, p.235).

Este novo ciclo, posteriormente, reconfiguraria a rede urbana da capitania de Minas Gerais, e assim sucessivamente até chegar aos padrões atuais. No século XIX, o espaço mineiro era complexo e integrado regionalmente com outras capitanias da Colônia, posteriormente, do Império, e no fim do século XIX, da República. O declínio de Vila Rica perdurou até o final do século XIX, que resultou na perda da posição de capital da Província de Minas Gerais para a recém construída Cidade de Belo Horizonte, no antigo arraial de Curral Del Rey.

4. Considerações finais

O estudo sobre as redes é um dos mais complexos na pesquisa geográfica. A quantidade de variáveis e as escalas de análises, aliadas à constante reformulação das redes urbanas e viárias, geram uma complexidade e dinamicidade na produção destas pesquisas. O método de análise teórico-quantitativo permitiu uma representação da estrutura e organização espacial das redes urbanas, enquanto o método de análise crítico permitiu uma análise de suas funções.

As redes urbanas e viárias formadas na Capitania de Minas Gerais do século XVIII foram complexas. A análise destas redes nesta pesquisa foi exploratória, devido a quantidade limitada de dados, principalmente dos fluxos econômicos que as produziram, em função da escala temporal e da desordem estabelecida na região nas primeiras décadas do século. Outra limitação foi a indisponibilidade de grande parte dos registros, que se encontram no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa.

O estudo das redes viárias como potencializadoras dos fluxos econômicos permitiu também a identificação da forma da rede urbana, que conseqüentemente define os parâmetros espaciais de ocupação na capitania, em relação à facilidade do acesso, da disponibilidade de serviços e dos meios de transportes.

A cartografia histórica, sobretudo o *Mapa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas* de José Joaquim da Rocha (1778), aliada à aplicação das técnicas de geoprocessamento e da semiologia gráfica, constituíram uma importante fonte para o tratamento da informação espacial e a análise das redes viárias e urbanas.

A historiografia permitiu a identificação dos fluxos econômicos produzidos na capitania em dois períodos: o primeiro relativo à primeira metade do século XVIII, a partir dos mercados abastecedores (fluxos econômicos de entradas) e dos mercados receptores do ouro (fluxos econômicos de saída); o segundo relativo à segunda metade do século XVIII, a partir do desenvolvimento do mercado interno (fluxos econômicos internos), que se sobrepuseram aos fluxos econômicos dos mercados externos (abastecedores).

Esta divisão contribuiu para explicar a organização espacial da Capitania na primeira metade do século XVIII, a centralidade de Vila Rica, decorrente dos fluxos econômicos de entrada e saída, internos e externos; na segunda metade, diminuição da centralidade de Vila Rica, decorrente da queda da produção do ouro, do desenvolvimento da agricultura e, conseqüentemente, o fortalecimento do comércio entre os núcleos urbanos e o fortalecimento de outros centros, como as vilas de São João Del Rey e Barbacena, que se tornaram no final do século XVIII importantes centros comerciais, transformando a economia mineradora em agrária manufatureira.

Há uma necessidade de desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre o tema, sobretudo levando em conta as questões políticas, sociais e econômicas, com vistas à aplicação de análises comparativas das redes urbanas em menor escala, menos generalizada. As pesquisas sobre a distribuição espacial das redes urbanas na Capitania de Minas Gerais no século XVIII e, principalmente no período de transição do século XVIII ao XIX, podem evidenciar os efeitos econômicos impostos pela mudança da atividade mineradora para a agrária, que a tornaram um dos maiores mercados abastecedores da Colônia no decorrer do século XIX, do Império e da República.

Por fim, a configuração do espaço atual de Minas Gerais é, pelo menos em parte, reflexo das redes urbanas e viárias e fluxos econômicos produzidos no século XVIII, especialmente na organização administrativa e no planejamento do estado (por exemplo, a criação das mesorregiões), diversificando a economia, consolidando o papel da igreja católica (principalmente no interior), produzindo o patrimônio arquitetônico e a diversidade étnica e cultural.

Referências

BERTIN, Jacques. **Semiologie Graphique: les Diagrammes, les Réseaux, les Cartes**. 1ª ed., Paris: Gauthier-Villars, 1967, 380 p.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674-1807**. Juiz de Fora, UFJF, 2007.

CASTRO, José Flávio Moraes; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; COSTA, Antônio Gilberto; MENEZES, Paulo Márcio Leal de. Visualização cartográfica dos mapas de Minas Gerais dos setecentos e oitocentos: em destaque as bases urbanas. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE QUALIDADE DE VIDA URBANA, 6; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS URBANOS, 5, 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia (Tratamento da Informação Espacial) da PUC Minas, 2006. 1 CD-ROM.

CASTRO, José Flávio Moraes. Organização Espacial da Capitania de Minas Gerais do século XVIII. In: **IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, Porto: FLUP - CEGOT, p. 1-19, 2011a.

CASTRO, José Flávio Moraes. Geografia Histórica e Cartografia de Minas Gerais no século XVIII. **Relatório de Pesquisa de Pós-doutoramento**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), 2011b.

CASTRO, José Flávio Moraes. **História da Cartografia e Cartografia Sistemática**. 1 ed. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

CASTRO, José Flávio Moraes. Georreferenciamento e Cartometria dos mapas da capitania de minas gerais elaborados por José Joaquim da Rocha em 1778 e 1793. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 25 (3): 581-593, set/dez/2013.

CASTRO, José Flávio Moraes. Cartografia histórica e geoprocessamento: o exemplo dos mapas dos padres matemáticos, de 1734, e do cálculo de rendimentos gerais do Bispado De Mariana, de 1752. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, Volume Especial Cartogeo, 2014. p. 4-25

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 304 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: Reflexões sobre um Tema Persistente. **Revistas Cidades**, São Paulo, v. 9, n. 16, 199-217, jul./dez. 2012.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964. 287 p.
- FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: VILLALTA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage. **As Minas setecentistas**. v. 1. Belo Horizonte, 2007.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Relações de poder em Tejuco ou Um teatro em três atos. **Revista Tempo**, v. 4, n. 7. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 1999.
- GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**. IBGE.v.31, n.1, 1969.
- GOMES, Maria do Carmo Andrade. Velhos mapas, novas leituras: Revisando a História da Cartografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 16, pp. 67-79, 2004.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa; CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 352 p.
- HAGGETT, Peter. **Modelos de Rede em Geografia**. In HAGGETT, Peter; CHORLEY, Richard. **Modelos integrados em geografia**. São Paulo, USP, 1974.
- LACET, Juliana Aparecida Lemos. Viver e morrer sob o signo da escravidão: irmandades, escravos e libertos em Vila Rica Setecentista. **Dissertação de mestrado** – Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2008.
- LE SANN, J.G. Documento Cartográfico: considerações gerais. Belo Horizonte, UFMG. **Revista Geografia e Ensino**, ano i, n. 3, p.3-17, 1983.
- MARTINELLI, Marcelo. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo, 1991.
- MORAES, Fernanda Borges de. **De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais**. In VILLALTA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage. **As Minas setecentistas** v. 1. Belo Horizonte, 2007.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. **De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais**. História de Minas Gerais – As Minas setecentistas v. 1. Belo Horizonte, 2007a.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. **Itinerários e interditos na territorialização das Geraes**. História de Minas Gerais – As Minas setecentistas v. 1. Belo Horizonte, 2007b.
- ROCHA, José Joaquim da. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória**

Histórica da Capitania de Minas Gerais. Estudo crítico Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e colação de textos Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 228 p. (Coleção Mineiriana)

SIMÕES, Rodrigo Ferreira. CUNHA, Alexandre Mendes. PAULA, João Antônio. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. **Est. Econ.**, São Paulo, v.38, n. 3, 2008.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo, 1990.